

Sete agências reguladoras atingiram o Padrão Ouro. Cada ato normativo considerou critérios como Qualidade Regulatória; Participação Social e Previsibilidade

O Ministério da Economia publicou nesta semana os [primeiros resultados](#) de avaliação de agências reguladoras brasileiras que alcançaram a nota máxima - [Padrão Ouro](#) - por meio do Selo de Qualidade Regulatória (SQR). O objetivo principal da medida é reconhecer e dar visibilidade aos reguladores federais pelo desempenho na adoção das melhores práticas internacionais.

Nesta primeira rodada foram avaliados sete atos normativos das seguintes agências reguladoras: Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA); Agência Nacional de Aviação Civil (Anac); Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); Agência Nacional de Mineração (ANM); Agência Nacional do Petróleo (ANP); Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS); e Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Todos os normativos obtiveram Padrão Ouro e podem ser considerados como boas referências, pois foram elaborados seguindo requisitos das melhores práticas regulatórias reconhecidas internacionalmente pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Além disso, está sendo publicada uma versão atualizada do Manual do Selo de Qualidade Regulatória (SQR), que traz uma seção de perguntas e respostas, resultante das contribuições e manifestações recebidas pelo Ministério da Economia durante a série de workshops realizados entre 2 e 12 de agosto. Participaram representantes dos comitês setoriais de regulação, que buscaram aprimorar o procedimento de avaliação dos requisitos do Selo.

O Selo de Qualidade Regulatória funciona como um rating system - ou seja, algo como uma nota de avaliação - para cada ato normativo, e considera o atendimento a quesitos de diferentes critérios: Qualidade Regulatória, relacionada à realização de Análise de Impacto Regulatório (AIR); Participação Social; Previsibilidade; Convergência Regulatória e Fardo Regulatório.

Dessa forma, o Ministério da Economia avança no sentido de atender às recomendações do relatório de Peer Review (estudo de avaliação por pares) da OCDE sobre a reforma regulatória no Brasil, atuando como agente indutor da adoção das ferramentas de governança regulatória e contribuindo para o processo de acessão do país como membro efetivo da Organização.

Fonte: Ministério da Economia, em 22.09.2022